



Eletrobras
Cepel

PROFISSIONAL NÍVEL SUPERIOR I

JUR56

CADERNO: 1

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 - A duração das provas será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo de preenchimento do **Cartão de Respostas**.
- 2 - O candidato que, na primeira hora de prova, se ausentar da sala e a ela não retornar será eliminado.
- 3 - Os 3 (três) últimos candidatos a terminar a prova permanecerão na sala e somente poderão sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- 4 - O candidato **NÃO** poderá levar o seu **Caderno de Questões (provas objetivas)** e **NÃO** poderá copiar o gabarito (assinalamentos). A imagem do seu **Cartão de Respostas** será disponibilizada na página do concurso em <http://concursos.biorio.org.br> na data prevista no cronograma.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- 1 - Confira atentamente se este Caderno de Questões, que contém **50 (cinquenta) questões objetivas**, está completo.
- 2 - Cada questão da prova objetiva contém **5 (cinco) opções**, somente uma correta.
- 3 - Confira se seus **dados pessoais** e o **cargo/perfil** escolhido, indicados no **cartão de respostas**, estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente o Fiscal de Sala ou o Chefe de Local. Terminada a conferência, você deve assinar o **cartão de respostas** no espaço apropriado.
- 4 - Confira atentamente se o **cargo/perfil** e o **número do caderno** que estão no caderno de questões são os mesmos que constam em **seu cartão de respostas e na etiqueta com seus dados colada na mesa/cadeira designada para você sentar**. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente o Fiscal de Sala ou o Chefe de Local.
- 5 - Cuide de seu **cartão de respostas**. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado.
- 6 - Se você marcar mais de uma alternativa, sua resposta será considerada errada mesmo que uma das alternativas indicadas seja a correta.
- 7 - No decorrer da prova objetiva o fiscal de sala irá colher a sua digital no selo que está no seu cartão de respostas.

AGENDA

- **13/04/2014**, Provas Objetivas/ Discursivas e Entrega de Títulos (candidatos de Nível Superior).
- **14/04/2014**, Divulgação dos Exemplos dos Cadernos de Questões (Provas) das Provas Objetivas e das Provas Discursivas.
- **14/04/2014**, Divulgação dos Gabaritos Preliminares das Provas Objetivas e das Provas Discursivas
- **15/04/2014**, Disponibilização das Imagens dos Cartões Respostas das Provas Objetivas.
- **16/04 e 17/04/2014**, Interposição de Recursos contra as questões das Provas Objetivas e das questões das Provas Discursivas.
- **28/04/2014**, Divulgação dos Gabaritos Definitivos das Provas Objetivas e das Provas Discursivas.
- **28/04/2014**, Divulgação das Notas Preliminares das Provas Objetivas.
- **06/05 e 07/05/2014**, Interposição de Recursos contra as Notas Preliminares das Provas Objetivas.
- **05/05/2014**, Resultado dos Recursos contra as Notas Preliminares das Provas Objetivas.



INFORMAÇÕES:

- **Tel:** 21 3525-2480 das 9 às 18h
- **Internet:** <http://concursos.biorio.org.br>
- **E-mail:** cepel2014@biorio.org.br

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

MACONHA E CLASSE SOCIAL

Em recente entrevista, o presidente Barak Obama afirmou que fumar maconha é menos nocivo do que ingerir álcool. Defensor da legalização do uso recreativo, acrescentou que a criminalização dessa droga prejudica mais os jovens negros e latinos das classes pobres do que os garotos de classe média, que raramente vão para a prisão pelo seu uso.

Os dois argumentos revelam muito da ideologia dita progressista do presidente.

Adepto do que se convencionou chamar de Estado-babá, ele pauta suas opiniões e decisões de acordo com o perigo que determinada atividade possa representar aos cidadãos. Assim, se a maconha é menos nociva que o tolerado álcool, pode ser liberada. Já o argumento segundo o qual a legalização beneficiará os mais pobres, que costumam ser punidos com mais rigor pela lei opressora, denota sua firme adesão à teoria da luta de classes.

O consumo e comercialização da maconha devem ser liberados sim, mas não pelos fracos argumentos usados pelo presidente. O primeiro é cientificamente controverso e o segundo, embora verdadeiro, é tosco, uma vez que, no limite, pode ser usado para defender a descriminalização de qualquer atividade ilícita, inclusive os crimes contra a vida e a propriedade. Afinal, os mais pobres costumam ser punidos com mais rigor por quaisquer crimes, e não só tráfico e consumo de drogas. A questão relevante aqui deveria ser: devemos criminalizar atividades que não prejudiquem ninguém, além dos próprios agentes?

Ora, se uma atividade deve ser proibida ou autorizada de acordo com os níveis de risco à vida ou à saúde de seus praticantes, deveríamos aplaudir a proibição de esportes radicais, consumo de açúcares, gorduras, álcool, cigarros e, até mesmo, guiar automóveis. Se tais atividades são admitidas, malgrado todos os perigos a elas inerentes, é porque consideramos que temos o direito de escolher o nosso próprio caminho, de buscar a própria felicidade de acordo com os nossos valores e avaliações, não os do governo, dos cientistas ou de qualquer outra atividade.

João Luiz Mauad, o Globo, 19/02/2014

QUESTÃO 1

Os termos do título – maconha / classe social aparecem relacionados, no texto, do seguinte modo:

- (A) os mais ricos fumam mais maconha que os pobres, mas são menos penalizados.
- (B) os mais pobres fumam maconha, mas por uso recreativo.
- (C) o uso da maconha está disseminado por todas as classes sociais.
- (D) os mais pobres são mais penalizados que os que pertencem à classe média.
- (E) os mais ricos defendem a legalização do uso recreativo da maconha.

QUESTÃO 2

Inferese da declaração inicial do presidente Obama que:

- (A) fumar maconha e ingerir álcool são atos de diferentes graus de nocividade.
- (B) fumar maconha é mais benéfico do que ingerir bebida alcoólica.
- (C) devemos fumar maconha, mas não ingerir álcool.
- (D) fumar maconha é menos nocivo do que ingerir álcool, desde que em uso recreativo.
- (E) ingerir álcool é tão nocivo quanto fumar maconha, mas deve-se preferir aquele a essa.

QUESTÃO 3

A frase abaixo que NÃO está estruturada na voz passiva é:

- (A) "...pode ser usado para defender a descriminalização de qualquer atividade...".
- (B) "...se a maconha é menos nociva que o tolerado álcool, pode ser liberada".
- (C) "Se tais atividades são admitidas,...".
- (D) "O consumo e comercialização da maconha devem ser liberados sim...".
- (E) "A questão relevante aqui deveria ser: devemos criminalizar atividades...".

QUESTÃO 4

"Adepto do que se convencionou chamar de Estado-babá..."; a designação se prende ao fato de as autoridades

- (A) tratarem todos os cidadãos como irresponsáveis.
- (B) se atribuírem a proteção de todos os cidadãos.
- (C) considerarem os jovens como adultos em miniatura.
- (D) decidirem os pleitos sem consulta à população.
- (E) informarem continuamente à população os problemas encontrados.

QUESTÃO 5

Observe as frases abaixo:

- I. "...a criminalização dessa droga prejudica mais os jovens negros...".
- II. "...a legalização beneficiará os mais pobres...".
- III. "...costumam ser punidos com mais rigor pela lei...".

Sobre o emprego do vocábulo sublinhado, podemos afirmar com correção que:

- (A) todas as frases apresentam formas de comparativo ou superlativo.
- (B) em todas as frases o vocábulo sublinhado pertence à mesma classe.
- (C) na frase III, o vocábulo "mais" pertence a uma classe diferente das demais.
- (D) nas frases II e III, o vocábulo "mais" pertence à classe dos advérbios.
- (E) em todas as frases o vocábulo "mais" apresenta classes diferentes.

QUESTÃO 6

Segundo o texto, os argumentos do presidente Obama devem ser considerados

- (A) igualmente errados.
- (B) atualmente ultrapassados.
- (C) cientificamente ultrapassados.
- (D) diferentemente condenados.
- (E) socialmente preconceituosos.

QUESTÃO 7

“O primeiro é cientificamente controverso e o segundo, embora verdadeiro, é tosco, uma vez que, no limite, pode ser usado para defender a descriminalização de qualquer atividade ilícita, inclusive os crimes contra a vida e a propriedade”. Nesse caso, o argumento do autor do texto apela para:

- (A) uma analogia indevida.
- (B) uma estatística falsa.
- (C) uma simplificação exagerada.
- (D) uma fuga do assunto.
- (E) uma fragmentação argumentativa.

QUESTÃO 8

A alternativa em que a equivalência das estruturas **não** é verdadeira é:

- (A) proibir uma atividade / proibição de uma atividade
- (B) ingerir álcool / a ingerência de álcool
- (C) defender a criminalização / defesa da criminalização
- (D) buscar a felicidade / busca da felicidade
- (E) escolher nosso próprio caminho / escolha de nosso próprio caminho

QUESTÃO 9

“Ora, se uma atividade deve ser proibida ou autorizada...”; o vocábulo “ora”, nesse segmento do texto, tem valor de:

- (A) oposição
- (B) explicação
- (C) conclusão
- (D) comparação
- (E) concessão

QUESTÃO 10

A conclusão do texto permite reconhecer que o objetivo do texto é:

- (A) condenar as declarações do presidente Obama.
- (B) defender as liberdades individuais.
- (C) criticar a condenação generalizada da maconha.
- (D) advogar em favor dos mais pobres.
- (E) alertar as autoridades para os desvios de conduta.

QUESTÃO 11

“Em recente entrevista, o presidente Barak Obama afirmou que fumar maconha é menos nocivo do que ingerir álcool. Defensor da legalização do uso recreativo, acrescentou que a criminalização dessa droga prejudica mais os jovens negros e latinos das classes pobres do que os garotos de classe média...”. Entre esses dois períodos, poderíamos, respeitando o sentido do texto, inserir o seguinte conectivo:

- (A) como
- (B) embora
- (C) já que
- (D) apesar de
- (E) visto que

QUESTÃO 12

“Os dois argumentos revelam muito da ideologia dita progressista do presidente”. Sobre os componentes desse segmento do texto, a afirmação inadequada é:

- (A) o termo “muito” se prende à forma verbal “revelam”.
- (B) o termo “dita” mostra distanciamento do autor em face da declaração do presidente.
- (C) o termo “presidente” estabelece coesão com um termo anterior a que se refere.
- (D) o termo “progressista” traz uma ironia crítica.
- (E) “os dois argumentos” vão ser citados na progressão do texto.

QUESTÃO 13

“Se tais atividades são admitidas, malgrado todos os perigos a elas inerentes, é porque consideramos que temos o direito de escolher o nosso próprio caminho, de buscar a própria felicidade de acordo com os nossos valores e avaliações, não os do governo, dos cientistas ou de qualquer outra atividade”. Nesse segmento do texto, os elementos que se ligam por coesão a qualquer elemento anterior são:

- (A) a elas / que / os nossos
- (B) tais atividades / elas / os
- (C) tais atividades / que / os
- (D) que / elas / os
- (E) os nossos valores / os do governo / dos cientistas

QUESTÃO 14

“Se tais atividades são admitidas, malgrado todos os perigos a elas inerentes, é porque consideramos que temos o direito de escolher o nosso próprio caminho, de buscar a própria felicidade de acordo com os nossos valores e avaliações, não os do governo, dos cientistas ou de qualquer outra atividade”. O vocábulo “malgrado” é equivalente semanticamente a:

- (A) apesar de
- (B) ainda que
- (C) mesmo que
- (D) assim que
- (E) embora

QUESTÃO 15

“Ora, se uma atividade deve ser proibida ou autorizada de acordo com os níveis de risco à vida ou à saúde de seus praticantes, deveríamos aplaudir a proibição de esportes radicais, consumo de açúcares, gorduras, álcool, cigarros e, até mesmo, guiar automóveis”. O argumento do autor do texto, nesse caso, se apoia num(a):

- (A) apelo ao absurdo
- (B) estatística tendenciosa
- (C) generalização excessiva
- (D) fuga do assunto
- (E) analogia com outro elemento

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 16

Nos termos da Constituição Federal existe um regime de remuneração dos servidores públicos e outro de subsídios para os denominados agentes políticos. Nesse sistema o subsídio do Ministro de Estado não deve exceder ao percebido pelo:

- (A) Presidente da República
- (B) Ministro do Supremo Tribunal Federal
- (C) Ministro da Fazenda
- (D) Governador do Estado
- (E) Ministro do Tribunal de Contas da União

QUESTÃO 17

No curso de negociação coletiva o sindicato representativo de determinada categoria de servidores consegue aprovar norma a constar em futura lei tornar equivalente a remuneração dos cargos que ocupam com aqueles ocupados pelos membros do Poder Judiciário, aplicando-se também os reajustes que forem conferidos aos magistrados. Nos termos da Constituição Federal essa futura norma será considerada:

- (A) válida por inexistir proibição constitucional
- (B) perfeita por decorrer de negociação coletiva
- (C) inconstitucional pela impossibilidade de equiparação remuneratória
- (D) inconstitucional por vedados sindicatos de servidores
- (E) constitucional por perseguir melhor qualidade de vida

QUESTÃO 18

Gilmar exerce o cargo de enfermeiro, profissão regulamentada, em hospital público municipal e pretende concorrer a uma vaga através de concurso público para outro cargo de enfermeiro em hospital federal. Nos termos da Constituição Federal essa acumulação é:

- (A) admitida dependendo do número total de horas trabalhadas
- (B) proibida tendo em vista a regra geral de inacumulação de cargos
- (C) admitida mas deve ocorrer a compatibilidade de horários
- (D) proibida por não se tratar de exceção constitucional
- (E) admitida desde que autorizada pela Administração

QUESTÃO 19

Regra geral o sistema jurídico protege o sigilo fiscal, que pode ser excepcionado em determinadas situações. A Constituição Federal estabelece uma regra que trata dessa questão, em relação às administrações tributárias, relacionada ao:

- (A) compartilhamento de cadastros e informações fiscais
- (B) processo administrativo fiscal
- (C) desvelamento de dados bancários do contribuinte
- (D) empréstimo de dados entre órgãos públicos de correição
- (E) nivelamento de informações entre órgãos do Executivo

QUESTÃO 20

Com o objetivo de flexibilizar a gerência das entidades da administração direta e indireta, pode o poder público estabelecer metas de desempenho sendo previsto na Constituição Federal a realização de:

- (A) termo
- (B) contrato
- (C) convênio
- (D) projeto
- (E) proposta

QUESTÃO 21

Dentre as finalidades da licitação pode-se estabelecer a de:

- (A) privilegiar o capital nacional
- (B) permitir a superioridade da Administração Pública
- (C) estabelecer diferenciação entre os concorrentes
- (D) obtenção de contrato mais vantajoso para a Administração
- (E) quebrar a regra do concurso público para obras

QUESTÃO 22

O Governador do Estado AB determina ao Secretário de Obras que realize o conserto em determinada repartição pública tendo em vista ter recebido várias reclamações quanto ao estado do local. Obediente às regras legais procede a seleção de empresas que pretendam realizar a obra. Ao fim a escolha recai sobre empresa que não restou habilitada pelas regras do certame. Nesse caso estaria violado o princípio aplicável às licitações sobre a:

- (A) opção preferencial
- (B) isonomia entre os concorrentes
- (C) vinculação ao edital
- (D) participação dos mais capazes
- (E) integração das empresas

QUESTÃO 23

Ocorrem no Brasil diversos eventos como enchentes, incêndios e seca que geram situações de emergência ou de calamidade pública. Nesse caso, consoante à Lei Geral de Licitações ocorrerá a dispensa de licitação para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de:

- (A) sessenta dias
- (B) noventa dias
- (C) cento e vinte dias
- (D) cento e cinquenta dias
- (E) cento e oitenta dias

QUESTÃO 24

Uma das hipóteses de dispensa de licitação prevista na Lei no. 8.666/93 ocorre quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o:

- (A) Conselho de Ministros
- (B) Supremo Tribunal Federal
- (C) Conselho de Defesa Nacional
- (D) Senado Federal
- (E) Congresso Nacional

QUESTÃO 25

No município Y ocorre falta de hortifrutigranjeiros e pão para compor a merenda escolar. Nesse caso, permite-se a dispensa de licitação com aquisição direta observado o preço:

- (A) médio do mercado
- (B) da última licitação
- (C) fixado pelo produtor
- (D) tabelado pela Administração
- (E) do dia da aquisição

QUESTÃO 26

O artista P recebeu críticas elogiosas pela sua brilhante atuação em determinado espetáculo que foi reconhecido como sucesso de público gerando sucessivas apresentações nos mais distantes rincões do país e com convites para atuar no exterior. Diante das regras da Lei de Licitações caso a Administração Pública pretenda contratá-lo deverá:

- (A) realizar licitação por concurso
- (B) declarar dispensada a licitação
- (C) proceder a tomada de preços
- (D) considerar a contratação direta por inexigibilidade de licitação
- (E) estabelecer a possibilidade de competição e realizar concorrência

QUESTÃO 27

A Constituição Federal adotou os preceitos que regulam a economia de mercado e estabeleceu princípios que regem a ordem econômica dentre os quais o que permite a intervenção estatal sobre as situações consideradas como de abuso do poder econômico. Trata-se do princípio da:

- (A) livre concorrência
- (B) propriedade privada
- (C) valorização do trabalho
- (D) estatização da economia
- (E) socialização dos lucros

QUESTÃO 28

Diversas normas constitucionais regulam a ordem econômica. Quanto às jazidas a Constituição Federal estabeleceu a propriedade das mesmas para a:

- (A) pessoa proprietária do solo
- (B) União Federal
- (C) empresa exploradora
- (D) associação de garimpeiros
- (E) concessionária responsável

QUESTÃO 29

Em determinadas situações o Estado interfere na atividade econômica até, com amparo em normas legais, interditando tais atividades. Esses atos administrativos são considerados como sendo:

- (A) de solidariedade
- (B) de integração
- (C) de expediente
- (D) de império
- (E) de extensão

QUESTÃO 30

A prestação de serviços públicos conhece várias espécies de classificação. Quando se cuida do fornecimento de energia elétrica esse serviço é considerado como sendo:

- (A) de utilidade pública
- (B) próprio do Estado
- (C) administrativos
- (D) industriais
- (E) universais

QUESTÃO 31

Nos termos da lei federal que regula o procedimento administrativo disciplinar podem ocorrer atos de delegação. Sobre tal tema é correto afirmar que:

- (A) o ato delegado é irrevogável
- (B) pode ocorrer delegação de atos normativos
- (C) decisões em recursos administrativos podem ser delegadas
- (D) matéria de competência exclusiva do órgão pode ser delegada
- (E) deverá ocorrer publicação do ato de delegação no meio oficial

QUESTÃO 32

Quando é estabelecido que os direitos sociais referentes à seguridade social, abrangendo a previdência social, devem ter cobertura ampla está se falando do denominado princípio da:

- (A) solidariedade
- (B) equivalência
- (C) capacidade
- (D) universalidade
- (E) uniformidade

QUESTÃO 33

Nos termos da Constituição Federal a assistência social ocorrerá:

- (A) com necessária contribuição do beneficiado
- (B) para amparar crianças de qualquer condição social
- (C) garantindo dois salários mínimos ao portador de deficiência
- (D) fixando para todos os idosos uma verba de um salário mínimo
- (E) propiciando a reabilitação de pessoas portadoras de deficiência

QUESTÃO 34

Consoante a Consolidação das Leis do Trabalho nas localidades onde não for emitida a Carteira de Trabalho e Previdência Social poderá ser admitido no exercício de emprego ou atividade remunerada por quem não a possua, por período máximo de:

- (A) quinze dias
- (B) vinte dias
- (C) trinta dias
- (D) quarenta dias
- (E) cinquenta dias

QUESTÃO 35

Não sendo devolvida a Carteira de Trabalho ao empregado com as devidas anotações pode o mesmo formular, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, reclamação administrativa a(o):

- (A) Instituto Nacional do Seguro Social
- (B) Secretaria Especial de Previdência
- (C) Junta de Conciliação e Julgamento
- (D) Delegacia Regional do Trabalho
- (E) Ministério Público do Trabalho

QUESTÃO 36

Em tempos de crise nas relações de trabalho procuram-se alternativas para proporcionar aos indivíduos empregos temporários ou parciais. Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a:

- (A) dez horas semanais
- (B) quinze horas semanais
- (C) vinte horas semanais
- (D) vinte e cinco horas semanais
- (E) trinta horas semanais

QUESTÃO 37

As normas da CLT estabelecem regras para a realização de horas extraordinárias. Sempre que ocorrer interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais, ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de 2 (duas) horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 10 (dez) horas diárias, em período não superior a:

- (A) quarenta dias por ano
- (B) quarenta e cinco dias por ano
- (C) cinquenta dias por ano
- (D) cinquenta e cinco dias por anos
- (E) sessenta dias por ano

QUESTÃO 38

Um empregado que tem duas jornadas de trabalho na mesma empresa deve observar, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, para descanso de um período mínimo de:

- (A) onze horas consecutivas
- (B) treze horas alternadas
- (C) quinze horas consecutivas
- (D) dezoito horas alternadas
- (E) vinte e quatro horas consecutivas

QUESTÃO 39

As leis trabalhistas protegem o trabalho noturno estabelecendo regras diversas daquelas aplicáveis ao trabalho diurno dentre as quais fixando, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho:

- (A) término do trabalho noturno às cinco horas do dia seguinte
- (B) jornada de trabalho de cinco horas
- (C) horário noturno iniciando às vinte e uma horas
- (D) hora de trabalho noturno equivalente a cinquenta minutos
- (E) acréscimo de, pelo menos, trinta por cento sobre a hora diurna

QUESTÃO 40

Cláudia está no seu emprego há dezoito meses e pretende exercer o seu direito a férias. Tendo se ausentado, sem justificativa, no período de doze meses, por dez dias poderá, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, gozar férias pelo período de:

- (A) trinta dias
- (B) vinte e oito dias
- (C) vinte e quatro dias
- (D) vinte dias
- (E) dezoito dias

QUESTÃO 41

A Lei no. 8.666/93 estabelece as regras gerais para as licitações e os contratos administrativos. Em se tratando das cláusulas obrigatórias deve constar a relacionada ao crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação:

- (A) contábil e da categoria econômica
- (B) prevista e da categoria econômica
- (C) estabelecida em lei e da categoria econômica
- (D) especial e da categoria econômica
- (E) funcional programática e da categoria econômica

QUESTÃO 42

Em algumas situações as regras da Lei no. 8.666/93 estipulam a obrigatoriedade de contrato. Isso ocorre quando se tratar de:

- (A) concorrência
- (B) convite
- (C) concurso
- (D) seleção
- (E) leilão

QUESTÃO 43

Na execução dos contratos administrativos de acordo com a Lei no. 8.666/93 o contratado deverá manter:

- (A) sócio da empresa no local da obra
- (B) preposto, aceito pela administração, no local da obra
- (C) engenheiro escolhido livremente no local da obra
- (D) auditor para aferir a regularidade no local da obra
- (E) prestadores de serviços para medidas de urgência no local da obra

QUESTÃO 44

Nos termos da Lei no. 8.666/93 constitui motivo para rescisão contratual:

- (A) o atraso injustificado no início da obra
- (B) a lentidão do seu cumprimento, embora com prazos em dia
- (C) a discussão judicial sobre a manutenção da sociedade
- (D) a ocorrência de caso fortuito alegada pelo contratante
- (E) a paralisação da obra mesmo com justa causa

QUESTÃO 45

O Código Civil estabelece que os menores perdem a sua incapacidade na seguinte situação:

- (A) emancipação por instrumento particular
- (B) conclusão de curso técnico-profissional
- (C) exercício de emprego público efetivo
- (D) atuação como menor aprendiz
- (E) gerando filho com pessoa de sua estima

QUESTÃO 46

São considerados bens móveis para efeitos legais nos termos do Código Civil:

- (A) direitos reais sobre imóveis
- (B) edificações separadas do solo conservando sua unidade
- (C) solo e incorporações artificiais
- (D) energias que tenham valor econômico
- (E) ações reais imobiliárias

QUESTÃO 47

Nos termos da lei geral que regula as marcas e patentes caso o titular exerça os direitos dela decorrentes de forma abusiva poderá ser determinada a(o):

- (A) suspensão da patente
- (B) desapropriação da patente
- (C) licenciamento compulsório
- (D) interdição cautelar
- (E) cancelamento da patente

QUESTÃO 48

Nos termos da Lei Complementar no. 116/2003 que regula as hipóteses de incidência do ISS esse tributo não incide sobre:

- (A) análise e desenvolvimento de sistemas
- (B) planejamento e atualização de páginas eletrônicas.
- (C) serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza
- (D) cessão de andaimes e outras estruturas de uso temporário
- (E) valor dos depósitos bancários

QUESTÃO 49

O Código do Consumidor considera um produto defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera e gerará a responsabilidade do produtor, exceto quando ocorrer:

- (A) a comercialização em pequenos municípios
- (B) a importação de bens de matrizes estrangeiras
- (C) a circulação restrita do bem defeituoso
- (D) a culpa exclusiva do consumidor
- (E) a culpa concorrente do consumidor

QUESTÃO 50

Uma servidora federal está de licença médica e é surpreendida com uma ligação telefônica de uma colega de trabalho sobre um telefonema de uma agência de cobrança afirmando que ela havia emitido um cheque sem provisão de fundos e deveria entrar em contato para realizar um acordo de pagamento. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor tal prática caracteriza:

- (A) exercício regular de direito para cobrar a dívida
- (B) constrangimento vedado pelo sistema do Código
- (C) direito de a devedora receber em dobro a dívida
- (D) prática comercial comum admitida pelo Código
- (E) penalização do credor com o perdão da dívida

